



Prática Vacinal Infantil no contexto da Saúde Pública: pesquisa bibliográfica

Cândida Maria Alves Soares, Sarah Caroline Oliveira de Souza, Nayara Ruas Cardoso, Daniella Reis Barbosa Martelli, Simone de Melo Costa, Fabrícia Vieira de Matos, Patrícia Helena Costa Mendes

Introdução

Consideram-se os dois extremos do desenvolvimento humano como as etapas mais críticas: a infância e a velhice. Todavia, os dois primeiros anos de vida são analisados como os mais vulneráveis de todo ciclo de vida. Investimentos na saúde da criança são determinantes para ações de prevenção e promoção da saúde e, conseqüente melhoria na qualidade de vida, já que privar bebês e crianças de cuidados básicos de saúde é negar-lhes ações necessárias para que cresçam e se desenvolvam [1].

A infância é uma fase altamente suscetível às doenças transmissíveis e, por isso, estratégias de prevenção são direcionadas a esse ciclo de vida. Além disso, as crianças são as que mais sofrem com as sequelas de doenças que poderiam ser evitadas [2]. Uma das medidas mais importantes de prevenção contra as doenças é a vacinação. Ao longo do tempo pode-se observar que ela tem construído uma história de diminuição e até de erradicação de doenças no Brasil, bem como em outros países do mundo, independente de diferenças culturais e socioeconômicas [3] das populações.

Material e métodos

O estudo foi conduzido no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Vigilância em Saúde (PET-Saúde/VS), proposto pelo Ministério da Saúde, e compõe parte da etapa de pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, sob parecer nº 437.094/2013.

Trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico, exploratória e qualitativa, embasada na Revisão da Literatura integrativa. Realizou-se a busca bibliográfica, no Portal de pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), de modo integrado entre as diferentes bases de dados, tais como Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Na etapa de busca de artigos, nas bases de dados, utilizaram-se os descritores: tw:(vacina AND crianças).

Durante a seleção do material bibliográfico utilizaram-se critérios de inclusão: disponibilidade na íntegra e no idioma português e inglês; a abordagem do tema em questão, através da leitura dos títulos e dos resumos dos artigos; conteúdo pertinente, sendo que para este critério usou-se a análise de conteúdo. Adotou-se, também, neste estudo, referências de livros para apresentação e discussão dos achados das bases eletrônicas, contudo foram citadas apenas 10 referências no texto, para não ferir as normas propostas pelo evento científico, FEPEG/Unimontes.

Resultados e Discussão

A busca integrada na BVS, com os descritores propostos, resultou em 17.447 referências, entre artigos e outros documentos, como tese e monografia. A partir do filtro para texto completo, reduziu-se a busca para 3897 referências. Posteriormente foi efetuado o limite para bases de dados nacionais (65) e a seguir para criança e lactente, resultando no final em 19 referências, disponíveis em texto completo.

Nas últimas décadas, a prática vacinal foi um avanço tecnológico importante que apresenta boa relação eficácia/custo, sendo uma ação comum na atenção básica disponível para a população e que determina as condições de saúde das crianças [4]. O sucesso da imunização, exemplificado pela erradicação da varíola no mundo e da poliomielite nas Américas, tem demonstrado que, atualmente, o papel das vacinas não é mais questionado. Isso se deve ao impacto que os imunobiológicos tiveram na prevenção e no controle de diversas doenças [5]. A vacinação incompleta oferece riscos não apenas para as crianças, mas para as epidemias. Por isso, é essencial que todas as crianças recebam o esquema de vacinação completo, no seu devido prazo. Para tanto, autoridades de saúde estabelecem programas de imunizações e calendários específicos de vacinas, que obedecem as idades das crianças [6, 7].



FÓRUM ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



24 a 27
setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi criado em 1973, sendo responsável pela organização da política nacional de vacinação da população brasileira. Ao longo de quatro décadas, o PNI consolidou-se como o coordenador de uma relevante intervenção de Saúde Pública, de caráter universal, a vacinação, contribuindo sobremaneira para a redução da morbimortalidade por doenças transmissíveis no Brasil [8].

Em um estudo realizado com 353 crianças, de 0 a 5 anos, cadastradas na ESF de um município do estado do Rio Grande do Sul foi identificado que houve atraso vacinal em 27,6% dos casos em que o cuidador apresentava apenas o primário completo ou o ginásial incompleto. Para cada mês em que a criança foi amamentada havia redução de um mês no atraso vacinal, visto que 51,3% das crianças não foram amamentadas. No que tange ao conhecimento sobre vacinação, 53,4% dos cuidadores erraram alguma questão referente às doenças imunopreveníveis, veracidade da contraindicação do resfriado para vacinação e conhecimento sobre qual a doença seria evitada com a vacina da gotinha [9].

Negligenciar o calendário básico de vacinação das crianças pode causar grandes agravos. Pode ocorrer um grave quadro de problema de saúde pública, pois pode aumentar o risco das crianças, bem como de toda a comunidade, de adquirir doenças imunopreveníveis, e se torna real e próximo o risco de surgir uma epidemia na comunidade [10].

O atendimento tradicional passivo dos profissionais da saúde, relacionados à prática da vacinação, torna-se não efetivo, especialmente em comunidades carentes. É importante disponibilizar acesso a outras práticas terapêuticas e formas de cuidado, questionando, através do diálogo, a real aplicabilidade delas como exercício de cidadania. Cabe aos profissionais da ESF atuarem nessas transformações e conhecerem o processo dinâmico que ocorre nas famílias. Ressaltando a importância das orientações, bem como a busca ativa e monitoramento, caso seja necessário [9].

Para que haja maior vínculo com a população, atuação completa de profissionais de saúde e adesão das medidas propostas, os conceitos de práticas em saúde devem ser reformulados nos serviços e nas famílias. Cada qual deve exercer sua função para que sejam efetivas as estratégias de vacinação. As vacinas devem ser administradas, corretamente, pelos profissionais de saúde e os pais devem ser orientados e estimulados a vacinarem seus filhos durante a infância [6].

Considerações finais

A imunização atua como fonte de prevenção de agravos e promoção da saúde, no âmbito da Saúde Pública. No Brasil, essa prática proporcionou controle e erradicação de doenças. É importante efetivar a vacinação infantil na idade correta preconizada, conforme o calendário vacinal. Contudo, estudos demonstraram que nem todas as crianças recebem os imunobiológicos no tempo adequado.

Nesse sentido, os profissionais da saúde exercem fundamental função, visto que atuam no preparo e administração das vacinas, além de esclarecer dúvidas e divulgar informações a respeito da importância da imunização nas datas corretas.

Referências

- [1] PAULO, E. F. Oportunidades perdidas de vacinação em crianças menores de dois anos de idade, ocorridas nas salas de vacinação, das unidades de saúde da região norte do município de São Paulo [Tese de Mestrado]. São Paulo: Infectologia em Saúde Pública, Programa de Pós-Graduação em Ciências Coordenadoria de Controle de Doenças Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; 2010.
- [2] SCHIMITZ. M.E. **A enfermagem em pediatria e puericultura**. São Paulo: Atheneu, 2005.
- [3] SANTOS, L. B.; BARRETO, C. C. M.; SILVA, F. L. S.; SILVA, K. C. O. Percepção das mães quanto à importância da imunização infantil. **Revista Rene**, v. 12, n. 3, p. 621-626, 2011.
- [4] GUIMARÃES. T. M. R.; ALVES, J. G. B.; TAVARES, M. M. F. Impacto das ações de imunização pelo Programa Saúde da Família na mortalidade infantil por doenças evitáveis em Olinda, Pernambuco, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 25, n. 4, p. 868-876, 2009.
- [5] CUNHA, J.; DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- [6] JOYCE. C. Steps to success: getting children vaccinated on time. **Pediatric Nursing**, v. 33, n. 6, p. 491-496, 2007.
- [7] CHEIN, M. B. C.; QUEIROZ, L. L. C.; MONTEIRO, S. G.; MOCHEL, E. G.; VERAS, M. A. S. M.; SOUSA, F. G. M.; BEZERRA, M. L. M. Cobertura vacinal do esquema básico para o primeiro ano de vida nas capitais do Nordeste brasileiro. **Caderno de Saúde Pública**, v. 29, n. 2, p. 294-302, fevereiro, 2013.
- [8] SILVA JUNIOR, J. B. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. **Epidemiologia, Serviço e Saúde**, v. 22, n. 1, p. 7-8, 2013.
- [9] TERTULIANO, G. C.; STEIN, A. T. Atraso vacinal e seus determinantes: um estudo em localidade atendida pela Estratégia Saúde da Família. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 523-530, 2011.
- [10] SILVEIRA. A. S. A; SILVA. B. M. F; PERES. E. C; MENEGHIN. P. Controle de vacinação de crianças matriculadas em escolas municipais da cidade de São Paulo. **Revista Escola de Enfermagem USP**, v. 41, n. 2, p. 299-305, 2007.